

4

Desigualdade, Pobreza e o Acesso à Educação

A desigualdade, em suas várias formas, é um fenômeno bastante antigo nas sociedades e reflete sempre uma relação de poder, na medida em que representa um padrão de dominação presente nas relações sociais. A existência de sociedades desiguais é, portanto, anterior ao surgimento do capitalismo.

Entretanto, a partir do capitalismo, a pobreza passa a ser associada aos processos de produção e aos efeitos que estes produzem na classe trabalhadora.

Porém, a desigualdade está presente tanto em países desenvolvidos quanto nos periféricos, mas são nesses últimos que, em função da organização econômica, política e social, se registram os seus mais altos índices.

Pobreza e desigualdade têm natureza distinta, embora a pobreza tenha como determinante a desigualdade. Especialmente na sociedade brasileira, a desigualdade é o aspecto que mais prepondera e “surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade” (Henrique, Barros e Mendonça, 2001, p. 23)

No Brasil, o coeficiente de Gini é utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda desde a década de 60 e, nos últimos anos, vem apontando sua redução. Ainda assim, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2010), o Brasil é o 3º colocado, entre os 15 países com a maior distância entre ricos e pobres.

Apesar da redução da pobreza e desigualdade observada, em especial no ano de 2010, as pesquisas identificam índices ainda alarmantes. Entretanto, parece ser uma visão de determinado grupo de pesquisadores, economistas e demais teóricos que, embora os percentuais sejam muito elevados, o Brasil não é um país pobre, já que a pobreza que assola parte considerável de sua população não é proveniente da falta de recursos mas de sua má distribuição.

Embora apareçam sempre juntos, pobreza e desigualdade são categorias diferenciadas. A pobreza tem várias concepções que não somente a que a explica como carência e insuficiência de recursos financeiros para a sobrevivência. Dentro

desse entendimento, "é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política" (Silva, 2010, p. 157).

Para Silva (ibidem), desigualdade é um problema estrutural e com múltiplas faces, com "raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira" (p. 157). Assim, a pobreza tem como determinante a desigualdade, e para que seja reduzida é fundamental que também se reduza o que a determina. Ressalta, ainda, que as pesquisas permitem perceber que os níveis de pobreza são mais sensíveis às alterações de desigualdade do que às alterações do crescimento econômico.

Em relação à desigualdade social o Brasil apresenta um contexto bastante particular. Essa desigualdade é vista como natural e culturalmente aceita, sendo reproduzida pela nossa sociedade. Para Salvador (2011) esse dado se torna concreto "a partir do momento que as ações e os pensamentos consideram determinadas premissas como verdadeiras, portanto naturais" (p.21).

O modelo econômico brasileiro foi fundamentado, e ainda o é, pelo entendimento de que a redução da pobreza pode ser alcançada pela via do crescimento econômico. É relevante ainda considerar que o grau de pobreza observada no Brasil é superior ao verificado em países com igual renda per capita que, segundo os mesmos estudos, corrobora com a idéia do elevado grau de desigualdade quanto à distribuição dos recursos. Tal avaliação leva à conclusão de que o crescimento econômico não é suficiente para produzir alterações nos índices de pobreza.

No entender de Barros, Henriques e Mendonça (2000), o principal determinante da pobreza é a desigualdade na distribuição de renda e oportunidades que possibilitem a inclusão, não só econômica mas social, uma vez que o Brasil é um país desigual, cuja injustiça social excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de cidadania. Através de suas pesquisas, os autores demonstram que no Brasil não há escassez de recursos e sim desigualdade em sua distribuição, reafirmando que, apesar de ter muitos pobres, o Brasil não pode ser considerado um país pobre.

Embora o padrão de desigualdade no Brasil ainda esteja em um patamar bastante elevado e incompatível com os recursos existentes (HENRIQUES et al, 2000), pesquisas apontam que “desde o final da primeira década dos anos 2000, observa-se o surgimento de um novo padrão de mudança social no Brasil” (Pochmann, 2010, p. 641).

Dentre outros, a elevação da renda das famílias mais pobres é apontada como um dos fatores responsáveis por essa mudança. Nesse sentido, Pochmann (ibidem) e Rocha (2000) convergem para a constatação que os programas de transferência de renda e as melhorias na distribuição de renda no trabalho contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade.

Os estudos de Pochmann (ibidem), ao utilizar o indicador de mobilidade social para o conjunto da população brasileira, aponta que “o Brasil está entre os países com a mais alta taxa de mobilidades social”(p. 638), apresentando índices maiores do que os verificados em alguns países centrais.

Quando se fala em desigualdade de renda, as pesquisas desenvolvidas demonstram que os programas voltados à educação, aliados a programas sociais, têm importante papel na recente redução da desigualdade.

Pesquisas da FGV publicadas em 2011 sinalizam que também o aumento dos anos de estudo da população mais pobre contribuiu para redução dos índices de desigualdade. Tais estudos apontam que, entre os 20% mais pobres, a escolaridade cresceu 55,59%.

Em estudos realizados na década anterior, Ferreira (2000) demonstra que o nível educacional interfere diretamente na desigualdade de renda, na medida em acarreta diferenças na remuneração do trabalho e pode gerar reprodução da pobreza. Evidencia que a educação é a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira, e que o mercado amplia a desigualdade educacional quando a transforma em desigualdade de renda. Essa desigualdade tem desdobramentos quando

[...] pode implicar uma destribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação e não têm interesse na sua qualidade, dependendo de escolas particulares. Os mais pobres, por sua vez, não tem meios próprios (nem acesso

a crédito) para frequentar as boas escolas particulares, nem tampouco poder político para afetar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas” (Ferreira, 2000).

Entendemos que o não acesso à educação ou mesmo o acesso subalternizado pode ter rebatimentos na renda proveniente da inserção no mercado de trabalho, quando esta acontece¹¹. A desigualdade na escolaridade da população é um dos fatores que explicam a desigualdade de renda, juntamente com a discriminação pelo mercado de trabalho de raça e gênero do trabalhador (Ferreira, *ibidem*, p. 135).

Entretanto, conforme apontam as diversas pesquisas, a educação como variável, não é suficiente para explicar a desigualdade de renda, a pobreza e a desigualdade social.

Para entender as questões que perpassam a pobreza e desigualdade social no Brasil estas devem ser relacionadas com a formação política e econômica e, de forma marcante, à construção do espaço público e da cidadania, “cujo traço que prevaleceu na sua formação foi uma forte hierarquia nas relações sociais, a naturalizar a desigualdade que era, então, construída” (Paiva, 2010, p. 16). Essa desigualdade construída alijou vários segmentos da sociedade, ao longo da história, do usufruto de direitos.

A supressão do direito à educação reproduziu o padrão de desigualdade da sociedade, já que o acesso não é para todos, em especial, para as classes menos favorecidas. No campo da educação superior, as desigualdades sociais e educacionais interagem particularmente.

Ainda que ações que buscam a democratização do acesso estejam sendo implementadas há alguns anos, este direito ainda não se realiza universalmente, e o que se tem é um quadro extremamente injusto e desigual que reflete uma realidade semelhante à que é submetida a população.

¹¹ A inserção no mercado de trabalho, entretanto, não é necessariamente alcançada com a formação profissional propiciada pela educação pois o mercado não absorve a todos, já que “não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos” (DEL PINO, 2008, p.80).

4.1

Desigualdade, Acesso e Permanência no Ensino Superior

Como já pontuado nesse estudo, o ensino superior no Brasil tem muitas particularidades: a forma como historicamente se constituiu, o seu papel para o Estado e para a sociedade, seu caráter elitista e excludente e, mais recentemente, quando consagrou a discussão sobre políticas educacionais para a promoção da democratização na busca pela igualdade social.

Embora o objeto desse estudo sejam as ações voltadas à permanência de estudantes na universidade, quando se aborda a desigualdade na educação superior não há como não citar as questões que envolvem o acesso. As ações voltadas à permanência só passaram a ocupar um lugar de maior relevância no debate acadêmico quando o acesso à educação superior pretendeu ser mais democrático.

Entretanto, a inclusão de segmentos historicamente excluídos desse direito tem sido um recorte especialmente presente quando se fala tanto de acesso quanto de permanência na educação superior.

Em relação ao acesso, o foco nesse segmento de ensino tornou mais evidente a forma bastante seletiva que permeia os processos para o ingresso nas universidades, especialmente as públicas, que tem barreiras mais difíceis de transpor. Essa dificuldade certamente é bastante concreta para os alunos oriundos das classes menos favorecidas que, em geral, vem de um ensino médio de relativa qualidade e não tem acesso a cursos complementares, de forma geral.

Ao longo das últimas décadas alguns pesquisadores brasileiros tem se dedicado a estudos que tem como problemática central os estudantes universitários oriundos das classes populares. Schwartzman (1989, p.6) aponta que as possibilidades de acesso ao ensino superior em cursos de elevado prestígio social têm estreita relação com a origem socioeconômica do estudante.

O aluno oriundo de classes populares tende a buscar carreiras em que o acesso é mais fácil e as exigências curriculares são menores, seja pela dificuldade em conciliar estudo e trabalho, seja pela consciência das deficiências do ensino médio público aliada aos processos seletivos para ingresso. Assim, os grupos

economicamente privilegiados são os que mais se beneficiam da educação superior pública já que, em geral, não tem de transpor tantas dificuldades.

Também Zago (2006) há alguns anos vem se dedicando a estudos com o mesmo segmento de estudantes, e concluiu que deve haver investimentos na permanência desses alunos para que possam concluir sua graduação, pois não basta ter acesso ao ensino superior, ainda que este seja público. Sobre a questão da escolha do curso, complementa a constatação de Schwartzman quando aponta que “certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras” (p.228). Cabe ressaltar que o conteúdo dessa afirmação tem sido especialmente observado em minha prática profissional, porém merece um maior aprofundamento.

Garantir a permanência passou a ser elemento fundamental de garantias de direito que o acesso, por si só, não propicia. Ainda que os estudantes - especialmente os oriundos das camadas sociais de menor poder aquisitivo - consigam superar os obstáculos do acesso, encontram sérias dificuldades em permanecer na universidade.

Muitas vezes, a evasão acontece não só em razão da insuficiência de recursos financeiros, mas pela falta de apoio pedagógico institucional que possibilite a superação das deficiências trazidas do ensino médio público.

A manutenção de políticas que busquem criar condições para a efetiva permanência desses alunos é fundamental para que os mesmos não desistam de seus cursos. No caso das universidades federais, o PNAES busca consubstanciar essa intenção.

Para Alves (2009), a busca de redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização das universidades e da sociedade. Entretanto, essa democratização não pode se efetivar somente através do acesso à educação superior pública. Torna-se indispensável criar mecanismo que garantam a permanência de alunos dos segmentos sociais mais pauperizados que apresentam dificuldades concretas em concluir sua graduação.

A conclusão de curso ou a redução da evasão não é um problema novo para as universidades, mas tem sido um grande desafio a ser transposto por estas instituições.

Não devemos, entretanto, concluir que a evasão deva-se apenas a questões econômicas, porém para os alunos de classes populares esse é o seu principal determinante pois

[...] para aqueles oriundos de camadas populares, em especial, permanecer no ensino superior é um dilema cotidiano e um problema tão relevante (e, em alguma medida, ainda mais dramático) quanto acessá-lo. (Vieira e Vieira, 2010, p. 83).

Notadamente as desigualdades, no que se refere ao tema acesso e permanência, vão além das questões meramente econômicas que atingem a determinados segmentos da sociedade, mas se ampliam para o usufruto de direitos em uma sociedade onde os padrões de organização social deram origem a desigualdades de diversas naturezas e, segundo Paiva (2010) foram a “antítese das condições para a realização da cidadania” (p.22).

Nesse contexto, a militância de vários movimentos sociais e institucionais para a democratização do ensino superior levaram ao sancionamento de leis que estabeleceram ações afirmativas para ingresso de grupos subalternizados às universidades públicas.

O acesso ao direito, em relação à educação superior, passa a ser potencializado através das políticas de ação afirmativa que, embora não sendo exclusivamente destinadas à educação ou a um determinado grupo racial, se tornaram mais conhecidas da sociedade com a controversa adoção de cotas para negros em universidades públicas, nos primeiros anos da década de 2000¹² (Salvador, 2011).

As ações afirmativas surgem numa conjuntura nova “quando novos atores começam a cobrar na esfera pública o reconhecimento de suas demandas, num momento de afirmação de autodignidade. Questionam, afinal, a secular restrição da participação na esfera pública” (Paiva, 2010, p. 29). As ações afirmativas são, portanto, pautadas pelo reconhecimento de diferenças entre os segmentos sociais, sejam elas de gênero, raça, orientação sexual, classe social etc. Segundo Gomes (2001), essas ações objetivam

¹² As pesquisas realizadas por Elielma Machado (apud Salvador, 2011 p. 59) demonstram que a adoção de políticas afirmativas é uma tendência nas universidades públicas de todo o país.

a concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos tem direito”. [...] ”A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias.

Como contribuição, o autor traz a noção da igualdade perante a lei que, enquanto princípio, bastava para garantir “a concretização da liberdade”. Entretanto, ressalta que não basta a Constituição Federal garantir direitos aos grupos historicamente excluídos, mas cabe ao Estado intervir para efetivação desses direitos . Essa intervenção pode ser materializada através das ações afirmativas.

No Brasil as ações afirmativas, que para Gomes (ibidem) marcam um posicionamento ativo do Estado frente às questões sociais, surgem , de forma paradoxal, no momento em que políticas de orientação neoliberal reforçam o Estado não intervencionista para as políticas sociais. Tal constatação reforça a importância dos movimentos sociais e de organizações internacionais nas discussões e encaminhamentos das questões relacionadas às discriminações, de forma a impulsionar os debates sobre a sua complexidade, interferindo no desenho das políticas implantadas pelo Estado.

Para Paiva (2010), nesse novo contexto é colocado o desafio de equacionar as questões sociais que se apresentam com a herança de desigualdade.

Em relação ao padrão de desigualdade da sociedade brasileira, este é reproduzido de forma particular pela educação superior no que se refere ao acesso à universidade. Em relação à universidade pública, se contrapõe ao direito à educação gratuita e, no caso brasileiro, também à de qualidade.

Embora as ações afirmativas tenham tido visibilidade através da adoção de medidas de acesso, cabe ressaltar que se ampliaram também para a permanência, já que a configuração das universidades brasileiras, desde que foram criadas, sempre refletiram o padrão de exclusão presente na sociedade. Essa exclusão é verificada no interior das universidades, no decorrer de toda a vida acadêmica de um segmento determinado , podendo assumir contornos perversos e se constituindo de uma barreira intransponível, tanto quanto as colocadas pelo acesso.

Entendemos que as ações afirmativas voltadas ao acesso e permanência na educação, especialmente na educação superior, não sejam a única resposta a ser dada

em relação às desigualdades, porém podem ampliar as possibilidades de desenvolvimento global do estudante que, sem dúvida, irão interferir na emancipação econômica, política e social.

O conceito de desenvolvimento adotado por Sen (1999) contribui para esse entendimento, na medida em que considera como fundamental a condição de agente do indivíduo para a superação de problemas. “Esta condição é limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas” (p.19). A expansão das oportunidades é vista como fim e meio do desenvolvimento.

A possibilidade de propiciar igualdade de oportunidades para o usufruto do direito à educação superior é importante papel desempenhado pelas políticas de ação afirmativa, tanto de acesso quanto de permanência para os segmentos subalternizados de nossa sociedade.